

Portal da CUT

Modelo regulatório da tarifa energética no Brasil estimula o aumento da terceirização e da precarização do trabalho

30/04/2014

Anell pressiona empresas a reduzirem custos que são repassados aos trabalhadores do setor energético

Escrito por: William Pedreira

Durante o Seminário para Construção da Plataforma Energética da CUT nesta quarta-feira (30), em Brasília, o técnico da subseção do Dieese da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), Gustavo Teixeira, afirmou que o modelo de regulação da tarifa de energia no Brasil interfere na estratégia organizativa das empresas que repassam os custos para os trabalhadores na forma de terceirização e precarização do trabalho.

A regulação é de responsabilidade da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O atual modelo que define o valor da tarifa leva em consideração dois tipos de custos: parcela A de custo gerenciável (compra de energia, transmissão e encargos) e a parcela B de custo não gerenciável (custos operacionais, cota de depreciação e remuneração dos investimentos).

É sobre a parcela B que a Aneel atua para reduzir o custo da energia, mesmo esta representando somente 30% do resultado final e impactando cada vez menos na tarifa média das concessionárias que será paga pelo consumidor.

Teixeira explica que a agência reguladora pressiona as empresas a reduzirem os custos operacionais. "E ao referenciar as empresas que promovem este modelo como eficientes e estimular outras a fazerem o mesmo, a Aneel credita sua parcela de responsabilidade no aumento da terceirização e da precarização das condições de trabalho", analisou. "É evidente a necessidade da agência reguladora considerar as condições dos trabalhadores do setor", cobrou.

Mais de 90% dos acidentes fatais ocorrem com terceirizados que representam 55% dos trabalhadores no setor energético. "E existe hoje empresas que possuem 90% do seu quadro de terceirizados. Estes números estão sempre se alterando. Não conseguimos ter um panorama geral, pois muitos eletricitários estão registrados como trabalhadores da construção civil no sistema do Ministério do Trabalho e Emprego", relatou Teixeira.

O problema da terceirização atinge também a maior estatal da América Latina. Itamar Sanches, secretário-geral da CNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico), recorda que cerca de 72% dos trabalhadores da Petrobrás são terceirizados. "Uma atividade predatória que tem matado diversos trabalhadores", rechaçou. Nos últimos 16 anos, mais de 300 mortes de terceirizados foram registradas na Petrobrás.

Franklin Moreira, presidente da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), ressaltou que os debates realizados no Seminário são de grande relevância para a construção da Plataforma Energética da CUT, apresentando propostas para o fortalecimento do setor, sobre o papel do setor energético no projeto de desenvolvimento nacional e para a garantia dos direitos da classe trabalhadora. "Queremos aproveitar o momento eleitoral para incorporar a agenda de luta dos trabalhadores do setor como parte do programa de governo dos candidatos", disse.

Para o secretário nacional de Meio Ambiente da CUT, Jasseir Fernandes, a interface da matriz energética está diretamente ligada ao meio ambiente e "este Seminário traz a oportunidade de construirmos uma Plataforma que servirá de base para as intervenções dos dirigentes nos estados e municípios."

Sucateamento da Eletrobrás - com a renovação das concessões no setor elétrico, a Eletrobrás tornou-se a principal responsável pelas tarifas no mercado cativo (ACR-ambiente de contratação regulada), representando 67% da potência de geração e 62% das linhas de transmissão renovadas. Isso teve um impacto significativo nas contas da holding, que acumulou nos últimos dois anos (12/13) prejuízo de mais de R\$12 bilhões. Para este ano, a previsão de fluxo de caixa é de um déficit de R\$7 bilhões.

E mais uma vez quem paga a conta são os trabalhadores. Como forma de reduzir custos, foram eliminados através de um Plano de Incentivo ao Desligamento, 4.378 postos de trabalho, que representa cerca de 20% do quadro pessoal, grande parte profissionais com mais de 30 anos de experiência.

Nesta semana, trabalhadores da Eletrobrás realizaram uma paralisação de 48 horas como forma de protesto contra o desmonte da maior empresa de energia da América Latina.

Ao final, o técnico do Dieese propôs algumas iniciativas:

- readequação do modelo energético;
- ajustar o planejamento de expansão;

- impedir a transferência para o mercado cativo de qualquer evento especulativo derivado do preço de energia a curto prazo;
- o mercado cativo deve ser totalmente garantido pelo governo e pelas geradoras (apenas o excedente deve ir para o livre mercado);
- o preço da energia deve ser comum para todas as concessionárias;
- o risco da oscilação do preço no curto prazo em nenhuma situação deve ser da distribuidora (consumidor cativo), pois esta é apenas operadora do segmento de distribuição;
- criar mecanismos que impeçam a oscilação.

Portal da CUT

Trabalhadores e movimentos sociais saem em campo em defesa da Petrobrás na próxima terça (6)

30/04/2014

Mobilização será em Recife, na sede administrativa da estatal

Escrito por: Federação Única dos Petroleiros

Na próxima terça-feira, 06 de maio, a FUP e seus sindicatos realizam mais um ato político em repúdio à campanha midiática da direita para tentar desmoralizar a Petrobrás.

Desta vez, a manifestação será em Recife e terá como palco a sede administrativa da estatal em Pernambuco. Ao lado da CUT, do MST e de diversos outros movimentos sociais, os petroleiros mais uma vez farão o alerta de que os ataques da mídia patrocinados pelo PSDB, DEM e PSB têm objetivos bem definidos: a disputa eleitoral e o controle do pré-sal.

Além de Recife, vários outros atos em defesa da Petrobrás estão agendados para as próximas semanas. No dia 15 de maio, uma grande manifestação está sendo preparada para o Rio de Janeiro, em frente à sede da estatal. A FUP e seus sindicatos, junto com a CUT, CTB, UNE e a Via Campesina, pretendem reunir cinco mil pessoas no ato que contará também com a participação de deputados das Frentes Parlamentares em Defesa da Petrobrás e do Pré-Sal.

Outras manifestações foram convocadas para São Paulo (21/05) e Salvador (data ainda a ser definida). Recentemente, a FUP e seus sindicatos realizaram dois grandes atos públicos em defesa da Petrobrás: dia 14 de abril, no Rio, e dia 23, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Os petroleiros continuarão na linha de frente por uma Petrobrás 100% pública e para que o petróleo seja um bem integralmente controlado pelo Estado e com destinação social.

Portal da CUT

Em Rondônia, trabalhadores demitidos sem receber direitos fazem protesto, paralisam obra habitacional do Exército e acionam MPT

30/04/2014

Construtora Work Engenharia demitiu 60 pessoas e não pagou as verbas rescisórias

Escrito por: CUT-RO

Na manhã desta quarta-feira (30) dezenas e trabalhadores da Construtora Work Engenharia, com sede em Manaus e que seria de propriedade de um certo Coronel Reis, realizaram um protesto em uma obra habitacional que está sendo construída ao lado do 5º BEC, que seria para a 17ª Brigada de Infantaria e Selva de Porto Velho.

O motivo é a demissão de aproximadamente 60 trabalhadores, que cumpriram aviso prévio que terminou no último dia 16 e até agora não receberam suas verbas rescisórias.

O proprietário da empresa teria descumprido sucessivos prazos para efetuar o pagamento, sendo que o último era neste dia 30, que foi descumprido novamente.

Em reunião conjunta entre trabalhadores demitidos e os que ainda estão trabalhando na obras, estes cerca de 30, foi debatida a situação com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Velho (SINTRACOMPV) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os sindicalistas propuseram realizar uma paralisação de protesto de 24 horas para sensibilizar a Work e o próprio Exército dono da obra a respeitarem os direitos trabalhistas dos operários. Durante a reunião compareceu a engenheira responsável pela obra que, após falar por telefone com o proprietário, confirmou que não haveria pagamento nesta data e tão pouco tinha previsão de quando seria pago.

Após esta reunião os trabalhadores se concentraram em frente a outra obra habitacional da Work, também na área do 5º BEC, onde são preparadas as refeições; sendo que protesto atingiu também a área da cozinha da obra, que interrompeu a elaboração das refeições. O Sindicato e a CUT orientaram os trabalhadores a se dirigirem ao Ministério Público do Trabalho (MPT), para denunciar o desrespeito praticado pela Work aos direitos trabalhistas. A expectativa é de que, caso não ocorra o imediato pagamento, o MPT ingresse na Justiça do Trabalho com uma Ação Civil

Pública, contra a construtora e o contratante da obra. Na parte da tarde os trabalhadores serão orientados a voltarem para suas casas.

Diap, 02/05/14

Sindicalismo fraco e apático perdem os trabalhadores

Muito pertinente a matéria do jornal Valor Econômico de quarta-feira (30) que aborda a crise do sindicalismo estadunidense. Entre outras informações importantes, a matéria revela que uma das razões do achatamento salarial no país tem relação com os baixíssimos índices de sindicalização.

"Políticas antissindicais adotadas por alguns governadores republicanos também têm contribuído para o declínio da taxa de sindicalização, diz Baker. É o caso das restrições a negociações coletivas, aprovadas em 2011 em Wisconsin, governado por Scott Walker, tido como um possível candidato republicano a presidente em 2016", segundo a matéria.

"O enfraquecimento dos sindicatos ajuda a explicar o aumento da disparidade de renda nos EUA nas últimas décadas, segundo economistas como Rosenfeld e Baker. "Você não consegue entender a trajetória da desigualdade nos EUA sem levar em conta o declínio das organizações de trabalhadores", diz Rosenfeld.

EUA: agonia do sindicalismo acentua desigualdade no País

Os sindicatos americanos [estadunidenses] vivem uma situação delicada. No setor privado, a fatia dos trabalhadores sindicalizados foi de apenas 6,7% em 2013, um nível fraquíssimo, quase idêntico ao recorde de baixa de 6,6% do ano anterior, e bastante inferior aos pouco mais de 24% do começo dos anos 1970. Para muitos analistas, o declínio sindical, que se acentuou nos anos 1980, é fundamental para explicar o aumento da desigualdade nos Estados Unidos, num cenário de estagnação do rendimento dos trabalhadores.

O número de americanos sindicalizados está hoje em 14,5 milhões, o equivalente a 11,2% do total, dos quais um pouco mais da metade no setor privado. Em 1973, os empregados das empresas privadas respondiam por mais de 82% dos filiados.

A tendência de recuo da taxa de sindicalização vem de longe, e a atual situação econômica não ajuda muito. A recuperação do mercado de trabalho que se seguiu à crise de 2007 e 2008 está longe de ser exuberante, e uma parte significativa da criação de empregos se dá em setores com fraca presença sindical, como restaurantes, varejo e serviços ligados a entretenimento e hotelaria.

Quando surgem empregos no segmento industrial, como no automobilístico, uma parcela considerável é em Estados do sul. Nessa região, a presença dos sindicatos tende a ser bem menor do que no Nordeste ou Meio-Oeste, diz Dean Baker, codiretor do Centro para a Pesquisa Econômica e de Políticas (CEPR, na sigla em inglês). "São lugares onde é mais difícil os trabalhadores se organizarem", diz. Para completar, Estados que não estão localizados no sul do país adotaram nos últimos anos políticas hostis aos sindicatos, como Wisconsin, Indiana e Michigan.

Derrota

Em fevereiro, os sindicalistas americanos sofreram uma dura derrota em Chattanooga, no Tennessee. Por 712 a 626, os trabalhadores de uma fábrica da Volkswagen decidiram não se sindicalizar, frustrando os esforços feitos por dois anos pela United Auto Workers (UAW). Políticos republicanos do Estado, como o senador Bob Corker, fizeram campanha aberta contra a sindicalização. Um pouco antes da votação, Corker disse ter informações de que, se os trabalhadores votassem contra a medida, a Volkswagen anunciaria a produção de um novo veículo na fábrica de Chattanooga.

A UAW quer um novo pleito, e o pedido será analisado pelo Conselho de Relações Nacionais do Trabalho (NRLB, na sigla em inglês). A adesão dos operários da Volkswagen em Chattanooga seria importante para a UAW, porque é nessa região que a indústria automobilística deverá crescer no país. Hoje, a UAW tem cerca de 390 mil membros, bem abaixo do pico, atingido em 1979, de mais de 1,5 milhão.

Políticas antissindicais adotadas por alguns governadores republicanos também têm contribuído para o declínio da taxa de sindicalização, diz Baker. É o caso das restrições a negociações coletivas, aprovadas em 2011 em Wisconsin, governado por Scott Walker, tido como um possível candidato republicano a presidente em 2016.

A medida afetou muitas das organizações no setor público, contribuindo para o número de funcionários públicos cair de pouco mais de 187 mil, em 2011, para 138,1 mil em 2013. Para o professor Jake Rosenfeld, da Universidade de Washington, em Seattle, o fato de Walker adotar esse tipo de medida mostra a fraqueza do movimento sindical nos EUA.

Se outros Estados forem por esse caminho, a taxa de sindicalização do setor público pode cair com mais força, diz o economista Barry Hirsch, professor da Georgia State University. Ele lembra que, entre os empregados governamentais, a fatia dos filiados a organizações de trabalhadores é bem mais alta - em 2013, estava em 35,3%, número que era de 37,4% em 2009.

No começo dos anos 1970, os funcionários públicos eram algo como 17% a 18% do total dos sindicalizados nos EUA. O percentual aumentou com o forte declínio no setor privado. Hoje, eles são quase metade.

Desestímulo à sindicalização

Em 2012, Indiana e Michigan, os dois no Meio-Oeste, aprovaram "leis de direito ao trabalho", elevando para 24 o número de Estados que adotam esse tipo de legislação, comum no sul e no oeste do país. Por essa lei, na discussão de acordos com as empresas, os sindicatos não podem exigir que todos os trabalhadores que conseguirem benefício numa negociação coletiva paguem para ser representados pela entidade sindical. Isso desestimula os empregados a se filiar às organizações trabalhistas, dizem os sindicatos. Em Indiana, o número de sindicalizados caiu de 300,7 mil, em 2011, para 248,6 mil em 2013.

Esses motivos ajudam a entender o declínio recente da taxa de sindicalização. A crise econômica que começou em 2007 e se agravou em 2008 também foi pouco favorável para o sindicalismo, uma vez que houve uma perda expressiva de empregos na indústria manufatureira e na construção, segmentos com uma taxa de filiação superior à média do setor privado. E, como diz Baker, um cenário de baixo crescimento não ajuda a organização dos trabalhadores.

O economista-chefe da principal central sindical americana, a AFL-CIO, William Spriggs, observa que a queda na taxa de sindicalização não se restringe aos EUA. Segundo ele, trata-se de uma tendência internacional, num cenário de transformação do trabalho.

Hirsch lembra de fatores estruturais que levaram à queda do número de trabalhadores sindicalizados a partir dos anos 1970, ganhando força nos anos 1980. De acordo com ele, a indústria manufatureira passou por uma transformação tecnológica importante, com muitas inovações que pouparam mão de obra.

Além disso, o setor também começou a se expandir mais em áreas com menor tradição sindical, como o sul. Em 1979, 7,5 milhões de trabalhadores no segmento eram filiados a um sindicato, o equivalente a 35,4% do total. Em 2012, o número caiu para 1,3 milhão, ou 9,6% dos empregados do setor. No ano passado, houve uma pequena alta, para 1,4 milhão, ou 10,1% do total.

Desregulamentação da economia

Hirsch diz que também houve um processo intenso de desregulamentação da economia em segmentos como o de telecomunicações, o aéreo e o de transporte de cargas, o que aumentou a competição e levou a reduções de preços. Essas medidas contribuíram para enfraquecer os sindicatos.

Baker destaca também o aumento da competição externa nas últimas décadas. Houve um forte crescimento das importações, e muitas empresas americanas passaram a produzir fora do país, especialmente na China, levando a uma redução do emprego na manufatura nos EUA.

Em 2013, o número absoluto de trabalhadores sindicalizados subiu um pouco, de 14,35 milhões para 14,51 milhões, mas a proporção em relação ao total de empregados seguiu em 11,2%. Spriggs acredita que pode haver alguma melhora com a recuperação da economia, num quadro mais favorável para o setor manufatureiro. Nesse segmento, já houve uma elevação do total de filiados no ano passado. Isso também ocorreu no de construção, que vive um bom momento depois dos tombos registrados no auge da crise.

O enfraquecimento dos sindicatos ajuda a explicar o aumento da disparidade de renda nos EUA nas últimas décadas, segundo economistas como Rosenfeld e Baker. "Você não consegue entender a trajetória da desigualdade nos EUA sem levar em conta o declínio das organizações de trabalhadores", diz Rosenfeld. A economia americana teve ganhos de eficiência expressivos, não acompanhados pelo rendimento dos trabalhadores. Entre 1973 e 2011, a produtividade no trabalho aumentou 80,4%, enquanto o salário real mediano subiu 10,7%, segundo números do Instituto de Política Econômica (EPI, na sigla em inglês).

Outro aspecto a ser levando em conta é que os sindicatos sempre foram grandes doadores para as campanhas do Partido Democrata. Mais fracos, podem ter menos influência sobre a agenda política, tornando mais difícil contrabalançar a preponderância dos interesses dos mais ricos, avalia Baker. (Fonte: *Valor*)

Diap, 02/05/14

Crise fez Europa cortar custos trabalhistas e enfraqueceu sindicatos

A crise financeira global e seu impacto na zona do euro enfraqueceram mais o sindicalismo na Europa e aceleraram o enxugamento do modelo social europeu. A Europa perdeu mais de seis milhões de empregos durante a recessão. E a crise impulsionou a tendência para a "americanização" das políticas trabalhistas na Europa, nas mais profundas mudanças desde a Segunda Guerra Mundial.

Irlanda e Portugal congelaram o salário mínimo, a Grécia cortou o seu em 22%, a Espanha e outros países atenuaram restrições para demissões coletivas ou sem justa causa, e sistemas de proteção social se tornaram menos generosos.

Tudo isso faz parte da "desvalorização interna". Ou seja, como um país da zona do euro não pode desvalorizar a moeda para tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional, aqueles mais em crise aceleram o dismantelamento de proteção social para reduzir o custo do trabalho.

A diminuição do poder de barganha dos sindicatos, na maior recessão dos últimos tempos, variou nos países. "Mas ainda é cedo para bater o sino em sinal de morte dos sindicatos", diz Wolfgang Lutterbach, especialista de sindicatos europeus na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sindicalizados

No conjunto da União Europeia (UE), a taxa de sindicalização média é de 23%. Dinamarca, Finlândia e Suécia têm a maior taxa de trabalhadores sindicalizados, por volta de 70% do total. Isso se explica em parte pelo fato de as ajudas a desempregados e outras prestações sociais serem normalmente fornecidas através dos sindicatos.

Já nos países confrontados a um clima mais hostil, como dizem os sindicatos, a sindicalização não cessa de baixar, caso da Grécia, Espanha, Portugal, países do leste, seguindo a reestruturação industrial. Mesmo na Alemanha, o número de aderentes caiu para 6,3 milhões em 2013, dos mais de 9 milhões em 1990. Isso reflete também a mudança demográfica. Poucos dos antigos sindicalistas, que se aposentam, são substituídos por novos aderentes.

A influência política não pode ser medida apenas por número de sindicalizados, e sim por estruturas bem estabelecidas de negociação coletiva e diálogo social. E também nesse caso a deterioração é enorme. Em Portugal, no começo da crise, em 2008, havia 1,9 milhão de trabalhadores do setor privado cobertos por negociação coletiva de trabalho, o tipo de ação básica do sindicalismo europeu e o que dá maior poder de negociação. Em 2013, havia apenas 300 mil.

Fim do diálogo social

"Diversos sistemas, onde os sindicatos tinham sua palavra no processo de decisões, foram abolidos ou neutralizados. O diálogo social foi suspenso, e poucos governos mostram-se dispostos a discutir com sindicatos", diz Lutterbach. "Salários foram cortados, serviços públicos cancelados, aposentadorias e salários mínimos cortados, mercado de trabalho flexibilizado, negociação coletiva descentralizada. Não estamos falando de um ciclo econômico normal. Estamos falando do dismantelamento do modelo social europeu."

Acusado de estar na raiz da crise soberana na Europa, o modelo social europeu é alvo da luta geral de sindicatos para sua preservação. As despesas sociais na Europa em relação ao PIB constituem uma parte importante, entre 25% e 33% dependendo do país, comparadas aos de 15% a 20% de outras nações desenvolvidas. Tem sido um modelo onde as relações industriais, entre patrões e sindicatos, tiveram papel importante em decisões sobre salários, condições de trabalho e sistemas de seguridade sociais, com nuances entre os países.

A OIT e a UE reconheceram, mesmo antes da crise, que alguns pilares do modelo social europeu deveriam ser reformados diante de maior concorrência no mercado internacional e envelhecimento da população europeia. O problema, escreve Daniel Vaghan-Whitehead, economista-chefe da OIT, é que em alguns países o foco para melhorar a competitividade é na redução do custo do trabalho. E estima que a frágil competitividade na Europa do sul é estreitamente ligada a atraso tecnológico.

A OIT fez um balanço do resultado de políticas de austeridade sobre os pilares do modelo social europeu, e concluiu que todos foram afetados. No caso dos direitos dos trabalhadores e condições de trabalho, várias reformas deflagradas para melhorar a competitividade resultaram em redução real do salário. Negociações tripartite sobre os pagamentos foram suspensas em Portugal, Irlanda, Romênia.

As reformas no mercado de trabalho na Europa não são novas, mas aumentaram desde 2008. Vários países simplificaram ou suprimiram, como na Eslováquia, procedimentos para demissões coletivas ou individuais. Na Grécia e na Estônia, foram reduzidos os períodos de notificação da demissão. Em países como Estônia, foram removidos todos os limites para emprego temporário. Formas de contratos muito flexíveis e sem proteção surgiram no Reino Unido.

Proteção social se deteriorou

A proteção social se deteriorou. Vários países limitaram a ajuda a desempregados, impondo condições bem mais rígidas. A duração dos benefícios foi cortada mais severamente na Hungria, onde passou de nove para três meses. Em Portugal, o valor da ajuda foi cortado em 20%. Benefícios para famílias na Grécia, Irlanda e Portugal foram eliminados. Em contrapartida, a assistência social

aumentou na Bulgária. A Suécia distribuiu mais ajuda estatal para os municípios manterem programas sociais.

O direito a greve foi restrita sob certas condições, como na Hungria. Ficou mais difícil estender acordos coletivos para mais trabalhadores e companhias.

Quase todos os países europeus anunciaram planos para congelar ou cortar salários do setor público. A Grécia deixou de pagar 13º e 14º salários por ano. Conforme a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em Bruxelas, os pagamentos de funcionários públicos caíram de 2,5% na Alemanha a 5% na Espanha, 10% em Portugal, 13% na Irlanda, 25% na Romênia e até 50% na Letônia em 2012.

Conforme a CES, a fatia de salário no PIB, ou seja, na produção de riqueza da Europa, continua caindo. O declínio de 5% na Alemanha entre 2001 e 2010, a maior economia, pesou mais na média do continente.

Aumento da idade para aposentadoria

Também como reflexo da crise, e sob protesto de sindicatos, a idade efetiva de aposentadoria deve passar para 67 anos, ou mais, na Europa. Isso é considerado essencial pelos governos, porque mais e mais idosos se beneficiam das prestações sociais e menos e menos jovens trabalham para financiar o sistema. De maneira geral, as reformas vão conduzir a pensões pelo menos 20-25% mais baixas para as futuras gerações de aposentados, pelas projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, é especialmente alarmante o rápido crescimento da pobreza e da exclusão, atingindo mais e mais a classe média. Para ele, isso explica em parte o aumento do nacionalismo e a estigmatização de certos grupos na sociedade. Ou seja, os efeitos da crise têm sido desastrosos para a coesão social.

Para Lutterbach, embora a tendência seja mesmo de "americanização" das relações de trabalho na Europa, ainda há um longo caminho até lá. Mesmo a Alemanha começou a dar sinais de prudência sobre desregulação. A coalizão conservadora-socialista acabou de introduzir o salário mínimo no país.

Enquanto isso, os sindicatos vão reagindo conforme suas tradições nacionais: na França, Espanha e Grécia tem havido mobilizações maciças. Na Alemanha, Holanda e Noruega, o desempenho econômico relativamente bom levou a boas negociações coletivas. (Fonte: *Valor*)

Diap, 02/05/14

Terceirização está na pauta do novo presidente do TST

Há dois meses no cargo, o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio José de Barros Levenhagen, acompanha de perto um dos temas mais polêmicos da esfera trabalhista: a terceirização. O mineiro de Baependi mostra preocupação com o Projeto de Lei 4.330, de 2004, que regulamenta a questão. Espera que a proposta, em tramitação na Câmara dos Deputados, "não precarize demasiadamente essa relação de trabalho". Por outro lado, acredita que é hora de "permitir alguma flexibilização na nossa jurisprudência", permitindo terceirização de atividade-fim.

Hoje, segundo Levenhagen, o maior desafio do Judiciário é conciliar agilidade com segurança e qualidade. "Quase todos os ministros do TST resistem à tentação de julgar por julgar. Com isso, não raro sofrem de sequelas físicas", afirma o ministro, que carrega uma marca de seus 35 anos de magistratura: uma calcificação do ombro direito. Para ele, porém, não havia outro caminho que não a magistratura, admite na entrevista que deu ao Valor em seu gabinete no TST. A seguir, os principais trechos da conversa.

Valor: Quais são os principais desafios da Justiça do Trabalho?

Antonio José de Barros Levenhagen: A Justiça do Trabalho tomou, pela atuação de seus magistrados, uma importância significativa na solução dos conflitos sociais. Ela se pauta muito pelo equilíbrio, de modo a dar ao empregado o direito que a lei lhe reconhece, mas sem se esquecer que a decisão deve ser equilibrada para que não afete demasiadamente o empregador. O direito é uma ciência viva, que deve se atualizar constantemente à medida que as novas injunções econômicas e sociais vão exigindo essas atualizações.

Valor: Um desses avanços é a terceirização?

Levenhagen: Sim. Não havia, na ocasião em que ela se iniciou, uma roupagem jurídica de proteção ao empregado terceirizado, e o TST foi chamado a dar essa roupagem. Na época, havia muitas empresas aventureiras, que contratavam mão de obra, cediam a outras empresas e, ao final, não tinham recursos para o pagamento dos direitos trabalhistas. Esse foi o primeiro momento, em que o direito do trabalho evoluiu sem uma legislação específica. Agora, estamos em uma nova etapa, em que a terceirização é feita por meio de empresas especializadas, com estruturas sólidas.

Valor: O TST poderia, então, alterar sua jurisprudência sobre terceirização?

Levenhagen: Agora se pensa em permitir alguma flexibilização na nossa jurisprudência na hipótese de terceirização de atividade-fim. Um exemplo prático é a área de tecnologia da informação. É mais prático e econômico para as empresas contratarem alguém especializado no assunto, diante da rapidez com que essa tecnologia evolui.

Valor: Qual sua opinião sobre o projeto de lei que regulamenta a terceirização?

Levenhagen: Esperamos que o projeto de lei [nº 4.330, de 2004] não precarize demasiadamente essa relação de trabalho. Se for permitido terceirizar toda a atividade-fim, nós vamos chegar a uma situação em que determinada empresa será apenas um escritório, e todo o parque fabril estará nas mãos de terceirizadas.

Valor: O senhor defende alguma alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)?

Levenhagen: A estrutura normativa da CLT, que diz respeito à qualificação do empregado e empregador, jornada de trabalho e férias está muito atualizada. Então, não há necessidade de se alterar esses pontos. O que ela precisa são de mudanças pontuais, o que tivemos agora com a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] das empregadas domésticas.

Valor: Além da terceirização, qual outro tema chama a atenção na pauta do TST?

Levenhagen: Um dos temas mais recorrentes são as ações de indenização por danos material e moral provenientes de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Atualmente, os índices de acidentes e doenças profissionais são bastante significativos, tanto que estamos lançando o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho com o slogan 'É melhor prevenir'. Este programa é uma parceria do TST com o Executivo.

Valor: Existem atualmente muitos processos sobrestados no TST por conta de julgamentos no STF?

Levenhagen: A repercussão geral foi concebida com a melhor das intenções, mas é preciso julgar essas questões quando são colocadas em repercussão geral. O Supremo, talvez porque esteja assoberbado de serviço, não tem conseguido julgar todas as questões que colocou em repercussão geral. Aí ocorre um fenômeno muito interessante: o STF fica com relativamente poucos processos, ao passo que os tribunais de origem ficam com uma soma considerável de ações. O sistema é bom, mas é preciso dar agilidade.

Valor: Quais são os temas com a maior quantidade de processos sobrestados?

Levenhagen: Um dos temas é a questão da responsabilidade subsidiária da administração pública na contratação de empresas terceirizadas. Quando eu deixei a vice-presidência, nós estávamos com 25 mil processos sobrestados sobre esse tema só aqui no TST e, possivelmente, esse número vá aumentar ainda mais porque não há perspectiva de julgamento [no STF]. A terceirização de call center é outro assunto. Deve-se ter hoje entre cinco e seis mil processos parados à espera de uma definição.

Valor: Existem projetos para agilizar a tramitação dos processos?

Levenhagen: Temos aqui o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do TST. Estou incrementando esse centro para que ele possa capacitar ainda mais os servidores que colaboram com os ministros. Os servidores não substituem o ministro, mas eles apresentam uma minuta de voto. O ministro lê e, se é razoável, libera. Do contrário, faz alterações. Essa é uma forma de auxiliar. Eu, por exemplo, tenho a felicidade de contar com um grupo de assessores de altíssima qualidade. Quando eles redigem a minuta do voto, é como se eu tivesse redigido.

Valor: Qual é o tempo médio de tramitação de uma ação?

Levenhagen: O tempo varia de pedido para pedido. Nós temos [no TST] uma peculiaridade que não se verifica em outros ramos do Judiciário: cada ação trabalhista tem um rol considerável de pedidos. A sociedade precisa entender que no TST a sobrecarga de trabalho é muito grande. Quase todos os ministros resistem à tentação de julgar por julgar. Com isso, não raro sofrem de sequelas físicas, como problemas de coluna, calcificação do ombro direito, como eu tenho, e infecção dos nervos do cotovelo. São 35 anos de magistratura começando com a máquina de escrever. Nosso grande desafio, hoje, é conciliar agilidade com segurança e qualidade das decisões.

Contexto

A terceirização é tratada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) por meio da Súmula 331, que dentre outros pontos determina que, caso a empresa terceirizada não cumpra com suas obrigações trabalhistas, será responsabilidade do tomador de serviços arcar com eventuais verbas a serem pagas aos contratados.

O texto destaca ainda que não há vínculo de emprego entre a companhia e o terceirizado, desde que esteja comprovado que não havia relação de pessoalidade ou subordinação direta entre o funcionário terceirizado e a empresa contratante. Isso significa, na prática, que os terceirizados não podem receber, por exemplo, ordens diretas dos responsáveis pela empresa à qual prestam serviços.

"Se o empregado terceirizado comete alguma falta o empregador deve se dirigir aos responsáveis pela empresa terceirizada, mas nunca dar uma advertência ao funcionário, por exemplo", afirma a advogada Dânia Fiorin Longhi, do escritório Fiorin Longhi Sociedade de Advogados.

Um dos pontos mais polêmicos relativos ao tema, entretanto, é o entendimento de que a terceirização não pode ocorrer na atividade-fim da companhia. O tribunal superior interpreta que não é permitido terceirizar atividade que está diretamente ligada ao serviço ou produto final.

"Uma indústria de confecção não pode terceirizar as costureiras ou o modelista, mas pode terceirizar o jurídico, o setor de RH, a segurança e a limpeza", exemplifica Dânia. O tema é discutido em vários processos, tanto no TST quanto no Supremo Tribunal Federal. Um exemplo é uma ação envolvendo a Vivo, que aguarda julgamento do Supremo. O processo, que tem como relator o ministro Gilmar Mendes, discute a possibilidade de a companhia terceirizar seu serviço de call center. (Fonte: *Valor Econômico* | Foto: *Ruy Baron/Valor*)

Agência Brasil, 02/05/14

Legislação não reflete nova dinâmica do mercado de trabalho, dizem especialistas

Carolina Sarres - Repórter da Agência Brasil Edição: Carolina Pimentel

A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil mudou nos últimos anos e, com isso, surgiram demandas dos trabalhadores. A mudança impõe novos desafios e, ao mesmo tempo, gera dificuldades em relação aos avanços relacionados ao tema. Neste 1º de maio, Dia do Trabalho, a *Agência Brasil* ouviu especialistas sobre esse novo perfil.

"As nossas estruturas trabalhistas são do século passado e isso não é adequado mais às características do trabalho em nível mundial. As relações no mercado de trabalho mudaram, isso é um fato; agora, falta a adequação", diz Débora Bareim, professora de administração da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em trabalho.

Em 2013, o principal conjunto de normas que regem as relações trabalhistas no Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), completou 70 anos. Em meio às comemorações, diversas análises e críticas foram feitas sobre as leis vigentes. Temas como a regulamentação da terceirização e do trabalho doméstico, as medidas contra a rotatividade, o assédio moral, os acidentes de trabalho, o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e o fim do fator previdenciário ganharam destaque nas discussões sobre a legislação trabalhista.

Desde o último 1º de maio, há 12 meses, o arcabouço jurídico que protege o trabalhador não teve mudanças significativas. O Projeto de Lei 4.330/04, que regulamenta a terceirização, não avançou no Congresso, assim como a regulamentação dos direitos estendidos aos empregados domésticos pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72, aprovada no ano passado.

A PEC do Trabalho Escravo, que prevê a expropriação de terras onde for constatada exploração de mão de obra em condições degradantes, que tramita há quase 11 anos no Congresso, também não avançou. As propostas sobre o fim do fator previdenciário – como a fórmula 85/95 (soma da idade e do tempo de serviço para a aposentadoria) arrefeceram no Legislativo e no Executivo, apesar de as negociações entre o governo e as centrais serem mantidas.

"A realidade é que se andava a passos largos em relação a benefícios. Quando surgiu a crise de 2008, houve uma retransa efetiva em relação a qualquer alteração. Normalmente, todas essas alterações viriam para privilegiar de alguma forma o trabalhador. Com a crise, era isso ou a perda de empregos", explicou a professora de administração da Universidade de Brasília (UnB), a especialista em Trabalho Débora Bareim.

Para o sociólogo do trabalho e professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes, a mudança da dinâmica do trabalho – de um modelo fordista e industrial para um de multifuncionalidades e metas, impulsionadas pelo domínio das novas tecnologias – adiciona variáveis à equação, o que dificulta ainda mais a negociação dos termos vigentes no mercado de trabalho e cria novas demandas.

"É preciso compreender um pouco essas últimas três ou quatro décadas, em que ocorreu uma monumental reestruturação da produção de capital e do neoliberalismo, em que ficou a ideia de que o trabalho perdeu a relevância que tinha", explicou Antunes.

Os especialistas apontam ainda a redução da demanda por mão de obra, propiciada pelas tecnologias e pela informatização das atividades, obrigando os trabalhadores a terem de aceitar os termos do mercado para não perder oportunidades, gerando a precarização – especialmente no setor de serviços, o que mais cresce atualmente.

Em diversos países da Europa, por exemplo, verificam-se índices de 60% dos jovens, entre 18 anos e 25 anos, desempregados. No caso do Brasil, de 8 milhões a 12 milhões de pessoas estão sem trabalhar.

Outro obstáculo imposto pela nova dinâmica do trabalho é a descentralização da produção, que dificulta a articulação de movimentos trabalhistas e sindicais. Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta crescimento das greves no país. Em 2012, foi registrado o maior número desde 1997, o que, para o órgão, indica uma tendência. No total, foram 873 greves, das quais 409 na esfera pública e 461 na esfera privada.

"Novas e velhas reivindicações coexistem. Há, de fato, períodos em que direitos são subtraídos, mas há momentos em que são adquiridos e ampliados. Na virada do século 19 para o 20, os trabalhadores transitaram das empresas de pequeno porte para as grandes manufaturas. Do século 20 para o 21, vemos a transição da empresa em massa para a flexível, desterritorializada", disse o sociólogo Ricardo Antunes.

Portal da CTB

Sindimetal-Rio recebe audiência da comissão da verdade em seu 97º aniversário

Aconteceu, na noite da última terça-feira (29), no Palácio dos Metalúrgicos, sede histórica do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Sindimetal-Rio), uma audiência da Comissão Estadual da Verdade. O objetivo da audiência era colher depoimentos de históricos militantes do Sindimetal-Rio que sofreram com a violência e repressão da Ditadura Militar. O evento serviu como atividade comemorativa dos 97 anos da entidade.

A abertura da atividade foi feita pelo presidente do Sindimetal-Rio, Alex Santos que exaltou a atividade. "Esse ato que hoje se realiza no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro se reveste de grande importância para a nossa categoria. Estamos aqui para lembrar e saudar a história de antigos militantes e dirigentes sindicais que, nos anos de chumbo da ditadura militar, se dedicaram abnegadamente para mandar alta a bandeira dos trabalhadores. Apesar de toda reação, toda repressão, demissões, mortes, torturas e desaparecimentos, os metalúrgicos souberam honrar a força da classe operária, classe essa que resistiu duramente aos desmandos da ditadura, muitas vezes pagando com a própria vida. Mas não conseguiram. Não podem calar a força das ideias. Não podem impedir a organização da classe trabalhadora".

O evento seguiu com o pronunciamento do Presidente da OAB-RJ e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro Wadih Damous que alertou para o fato de que o verdadeiro alvo do Golpe Militar de 1964 era impedir o aprofundamento da democracia brasileira. O presidente da OAB-RJ também lembrou a necessidade de se estudar mais a repressão aos trabalhadores:

"Hoje vemos muitos livros sobre a Ditadura Militar mas poucos que relatam a repressão logo após o golpe, a repressão aos trabalhadores, aos camponeses. Nós, da Comissão Estadual da Verdade, estamos aqui hoje para dar voz e ouvir alguns dos companheiros que lutaram e sofreram naquela época".

A cerimônia contou com a presença de parlamentares como o Deputado Paulo Ramos (PSOL-RJ), representantes de diversos sindicatos e representantes da CTB, CUT e Conlutas. O Presidente da CTB-RJ, Ronaldo Leite, em saudação na atividade afirmou que a "audiência é uma coroação de todas as atividades organizadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais para descomemorar os 50 anos do golpe."

Durante a atividade, três militantes do Sindimetal-Rio deram seus depoimentos para a comissão: Valdir Vicente (através de vídeo gravado no sindicato), Nobre (presidente do Grêmio dos Aposentados) e Severino. Os três relataram as barbaridades cometidas pelo regime e exaltaram a resistência do sindicato que nas palavras de Valdir Vicente "nunca se curvou diante dos militares".

Sindimetal-Rio

Organizado por Ernesto Germano